



Estado e especulação

Theotonio dos Santos

Professor visitante da UERJ, Professor Emérito da UFF, Coordenador da Cátedra e Rede UNESCO sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN), Presidente do Conselho de direção do CEPES, Prêmio Mundial de Economista Marxiano da WAPE (2013)

Resumo

O artigo analisa o novo papel do Estado diante das transformações da economia mundial. Esta avança no sentido de uma globalização que aparece como um debilitamento dos Estados Nacionais. O artigo mostra, contudo, que são estes Estados Nacionais que possibilitam este crescente intercâmbio econômico mundial. Dá-se especial ênfase ao surgimento de poderosos Estados Nacionais como resultado do processo de descolonização produzido a partir do final da segunda guerra mundial.

Palavras-chave: Estado, revolução científico-técnica, dependência, capital financeiro, dívida pública, capitalismo de Estado

Resumen

El artículo analiza el nuevo rol del estado frente las transformaciones de la economía mundial. Esta avanza en el sentido de una globalización que aparece como un debilitamiento de los estados nacionales. El artículo muestra, sin embargo, que son estos estados nacionales los que posibilitan este creciente intercambio económico mundial. Se da especial énfasis en el surgimiento de poderosos estados nacionales como resultado del proceso de descolonización iniciado a partir del final de la segunda guerra mundial.

Palabras llave: Estado, revolución científico-técnica, dependencia, capital financiero, deuda pública, capitalismo de Estado

Abstract

The article analyses the new role of the state in consequence of the changes in the world economy that advance in a process of globalization that appeared as a weakness of the national states. The article shows that these stronger national states give the base for a growing world economic interchange. A substantial part of these national states are product of the process of decolonization produced since the end of the Second World War.

Keywords: State, scientific-technician revolution, dependency, financier capital, public debt, state capitalism.

O Estado Contemporâneo

As mudanças que viveu o Estado durante o século XX não foram ainda analisadas em toda sua complexidade. A verdade é que esta instituição, que tinha uma função de polícia e de controle tarifário, aumentou progressivamente suas responsabilidades na medida em que o processo produtivo moderno avançava no sentido de produzir em massa, em gigantescas unidades econômicas e em escalas cada vez mais amplas.

Estas mudanças são uma consequência do caráter cada vez mais massivo do processo produtivo, fato necessário para o desenvolvimento do sistema capitalista de produção. O capitalismo moderno se mostrou extremamente flexível ao articular o trabalho assalariado, organizado em enormes complexos produtivos, com a expansão da divisão social do trabalho a todos os setores de produção, inclusive aos serviços.

Mas foi, principalmente, a socialização crescente do capital, concentrado e centralizado através do desenvolvimento das sociedades por ações e potencializado por um sistema financeiro cada vez mais universal, capaz de atrair economias de todos os setores da sociedade, que permitiu que o capital liderasse o mais fantástico desenvolvimento das forças produtivas conhecido pela humanidade.

Entretanto, este salto não teria sido possível sem a forte e definitiva participação dos Estados nacionais, criados durante a expansão do capitalismo mundial, mas solidificados particularmente no século XIX, quando os Estados Unidos se converteram numa potência continental, o império inglês se consolidou, a Europa continental, que já conhecia um Estado nacional francês muito sólido, viu os Estados da Alemanha e da Rússia definir-se, enquanto a América Latina também consolidava seus frágeis Estados nacionais e a África (com exceção da África do Sul) e Ásia (com exceção do Japão) entravam sob o domínio imperialista que só seria contestado no século XX.

Depois das duas guerras mundiais do século XX, este panorama mudou substancialmente com o aparecimento dos Estados Nacionais, ex-colônias na Ásia e na Europa. Entre estes se incluem a China e a Índia que reúnem mais de um terço da população mundial e que eram simples colônias, sem Estados nacionais que agrupassem estas gigantescas massas humanas, situação que se prolongou até o final da Segunda Guerra Mundial.

Como vemos, ao contrário do que se lê na literatura sobre globalização, só por volta do final do século XX vemos emergir um mundo baseado nos Estados Nacionais. É neste mundo de Estados nacionais reconstituídos, e como consequência dele, onde surgem os processos chamados de globalização. A globalização é o produto de uma intervenção colossal dos Estados nacionais no processo econômico internacional, que se corporifica recentemente no surgimento de uma Organização Mundial do Comércio, que tem por objetivo regular este comércio planetário.

Pois, ao contrário do que dizem os economistas que não conhecem a história, a OMC é a consagração do mercado estatal mundial, ao ser a primeira organização interestatal mundial dedicada a garantir as condições de um mercado global, regulado pela ação conjunta (assimétrica, mas conjunta) dos Estados nacionais.

Empresas Globais e Estados Nacionais

O leitor poderá formular algumas questões fundamentais. Qual foi o papel das empresas multinacionais, transnacionais ou globais neste processo? Elas foram um



Leviatã, de Gustave Doré

agente extremamente importante neste processo. Mas qualquer tentativa de entender sua expansão sem o apoio de seus Estados nacionais respectivos conduzirá a erros fundamentais.

Embora tenham existido empresas formadas a partir do mercado mundial, elas estavam associadas a mercadorias importadas do resto do mundo, como as matérias-primas agrícolas ou mineiras consumidas pelas indústrias dos centros da indústria mundial, assim como as primeiras empresas comerciais, durante a expansão marítima europeia, surgiram do comércio das especiarias que a Europa consumia, assim como dos metais preciosos que necessitava.

A novidade que representaram as chamadas corporações multinacionais e seus desenvolvimentos posteriores, veio exatamente (como demonstramos em nosso livro de 1967 sobre *O Novo Caráter da Dependência*) do surgimento de investimentos internacionais destinados a criar empresas produtivas voltadas para o mercado interno dos países dependentes ou periféricos.

Esta era uma consequência necessária do desenvolvimento de fortes mercados nacionais como fruto da emergência dos Estados nacionais nestas regiões do mundo, ou de seu fortalecimento durante a crise de 1929, particularmente na América Latina. Para descrever este fenômeno foram criadas as expressões: “saltar as barreiras tarifárias” impostas por estes Estados emergentes ou em consolidação; “substituição de importações”, “desenvolvimento econômico” e outras mais como a “perda dos termos de intercâmbio” que se referia a um fenômeno mais amplo.

O importante é que os investimentos diretos internacionais deram um salto colossal com a nova estrutura de mercado criada pelo desenvolvimento nacional dos países ex-coloniais ou dependentes. Para este extraordinário movimento de capitais tanto funcionaram o apoio do Estado norte-americano às economias destruídas pela guerra

(exceto a maior de todas: a União Soviética) através do Plano Marshall, como sua ajuda direta aos investimentos internacionais através do Eximbank. Posteriormente os Estados europeus e japonês, as organizações internacionais e sobretudo o Banco Mundial, a Aliança para o Progresso e milhares de outras iniciativas estatais deram o substrato concreto a este fantástico movimento internacional de capitais.

Nas décadas de 70 e de 80, se esboçava uma nova divisão internacional do trabalho em consequência das dificuldades de expansão dos mercados internos dos países dependentes capazes de alimentar a expansão das multinacionais. Tudo isto foi muito discutido pela teoria da dependência no período, e ficou claro que o caminho das multinacionais seria a expansão das exportações desde os países periféricos para os países centrais, cujos mercados continuariam expandindo-se com o aumento dos investimentos em ciência e tecnologia e em serviços fundamentais.

Ao mesmo tempo, sob o impacto da flutuação do dólar e o aparecimento da gigantesca liquidez mundial, gerada pelos petrodólares e depois pelo colossal déficit comercial norte-americano, surgiu o movimento financeiro mundial que deu início à formação dos processos conhecidos na atualidade como “globalização”.

O movimento dos investimentos diretos começa a cair nos anos 80 para dar lugar aos empréstimos internacionais, às dívidas crescentes para pagar o serviço das dívidas, ao desenvolvimento de colossais dívidas públicas nos países dependentes que terminam por comprometer os gastos estatais em todo o mundo.

Este aumento não se explica pelos gastos crescentes com o Estado de Bem-estar, como se fez acreditar, mas pelo aumento com os gastos financeiros, alimentados pelos custos cada vez mais chocantes de uma economia internacional muito mais instável, marcada pelas oscilações do dólar, pelas dívidas colossais não somente dos países dependentes, mas também dos Estados Unidos. Este país termina a década de 80 com a maior dívida externa mundial.

Estado e Especulação

Chegamos aos anos 90 com um fenômeno estatal totalmente novo. O movimento de capitais mundiais passa cada vez mais pelas dívidas públicas. A especulação cambial, antes associada ao comércio internacional, se associou aos movimentos de capitais, com o aumento das remessas de lucros, o pagamento de serviços técnicos e outros, o crescimento do turismo e, finalmente, o pagamento de juros que passaram a dominar as balanças de pagamento de muitos países.

Neste mundo cada vez mais subjugado pelo capital financeiro, o Estado aumentou enormemente suas tarefas. Além das novas atividades ligadas à organização da produção, à formação e desenvolvimento da mão de obra e de expansão do mercado que incorporaram depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados nacionais passaram a alimentar o movimento do capital financeiro através de colossais dívidas públicas pagas com altíssimas taxas de juros, sobretudo a partir dos anos 80.

Nos anos 90, quando caíram drasticamente as taxas de juros nos países centrais, como consequência do rompimento da bolha financeira, iniciado com a crise de 1987, os países chamados emergentes assumiram o papel de remunerar este capital financeiro, ao utilizar as reservas acumuladas durante a renegociação mundial da dívida mundial, mais a venda de suas empresas públicas, como fonte de pagamento e juros artificialmente elevados a este capital financeiro mundial.



Marx e Engels, autores de uma teoria sobre o Estado.

Estas políticas, consagradas no famoso Consenso de Washington, só se justificavam para servir a este capital financeiro, e somente para este fim, apesar de mil tentativas “teóricas” para justificá-las através de falsas afirmações a respeito de uns déficits públicos que nunca existiram de maneira significativa nestes países chamados emergentes.

Os desequilíbrios fiscais e comerciais, em princípio moderados, tornaram-se graves como resultado das políticas de supervalorização das moedas locais que conduziram a enormes déficits comerciais que agravaram drasticamente umas balanças comerciais já em si negativas. A partir destes desequilíbrios cambiais se justificaram a elevação das taxas de juros pagas pelos Estados locais a níveis estratosféricos com o objetivo de atrair capitais do exterior para equilibrar a balança de pagamentos. Estas elevações das taxas de juros se realizavam no momento exato em que caíam drasticamente as taxas de juros nos centros financeiros internacionais.

Esta foi uma operação internacional para apropriar-se das reservas em divisa acumuladas, como já dissemos, durante a renegociação das dívidas externas. Ao mesmo tempo atraiu-se o capital internacional com a venda de excelentes empresas nacionais e outras não tanto, mas sempre com a ajuda de subsídios estatais locais. Para realizar esta operação altamente rentável, o capital financeiro internacional contou com a cumplicidade das classes dominantes locais transformadas em meros intermediários de vastíssimas operações financeiras internacionais, cujas comissões ou vendas de empresas locais produziram rendas muito superiores ao duro trabalho de criar empresas, dirigi-las e arriscar seus capitais.

A verdade é que o intervencionismo estatal no setor financeiro foi a chave da fantástica expansão do capital financeiro nos anos 70, 80 e 90 do século passado. Sem ela não haveria globalização tal como se configurou neste período. Certamente haveria outras formas de globalização, inspiradas nas necessidades da revolução científico-tecnológica que foi incorporada massivamente no sistema produtivo a partir da década de 80, criando as condições para uma nova fase de expansão econômica mundial

que se configurou a partir de 1994, com a onda de investimentos internacionais na economia norte-americana.

Mas enquanto se expandia a economia norte-americana, outra era nossa realidade. O que fazer com um Estado afogado num processo de intervenção financeira, de graves consequências negativas, quando se terminam as reservas acumuladas ao final dos anos 80 e início dos 90 e quando desaparecem quase todas as empresas estatais importantes e significativas? É evidente que só há um caminho: voltar à única fonte de divisas que dispomos, isto é, os superávits comerciais.

“Teoria” Econômica e Especulação

A “teoria econômica” começa a aceitar outra vez a necessidade das desvalorizações cambiais, agora eufemisticamente chamadas “flexibilidade cambial”. Na verdade, trata-se de dois recursos técnicos que se usaram até o princípio da década de 1990 para gerar excedentes em divisas, mas agora, em vez de fixar o câmbio em micro ou macro desvalorizações, realizam-se custosas intervenções no mercado de dólares ou se lançam títulos dolarizados, recorrendo às mesmas manhas do passado. Mas a desvalorização cambial tem que ser acompanhada de quedas da renda para diminuir as importações e gerar superávits cambiais. Depois de todos estes sacrifícios descobrimos que as recessões são o único caminho recomendado depois de tantos anos de estancamento econômico e de recessões.

Neste novo quadro, o sistema financeiro mundial comandado pelo FMI tem que apoiar-se na formação de fundos *ad hoc* financiados por recursos extras (principalmente norte-americanos) como nos casos do México, Rússia, mas principalmente do Brasil, que não dispunha em 1999 de uma fonte de dólares capaz de ressarcir as ajudas feitas pelo próprio Tesouro dos Estados Unidos comandando o FMI, o Banco Mundial e o próprio BID para “salvar” o país da bancarrota completa a que foi levado pela política irresponsável do hoje mítico Plano Real.

Em termos mais concretos, coube aos contribuintes dos países centrais e aos povos das zonas periféricas ou semiperiféricas, cujos superávits foram remunerados com dívidas do governo central, entregar os recursos para viabilizar o funcionamento deste sistema. Em tal caso, as reações vêm vindo pouco a pouco. A direita norte-americana já apresentou uma forte oposição contra estas “ajudas” internacionais que terminam no bolso dos investidores internacionais e compromete suas bases de classe média.

Os países em desenvolvimento, depois de produzir excedentes para pagar umas dívidas criadas por um sistema financeiro protegido pelos Bancos centrais dos grandes polos financeiros, foram salvos - na primeira década do Século XXI - pelo fantástico aumento do mercado chinês que permitiu a realização de enormes superávits comerciais que levaram à formação de imensas reservas nos países exportadores, além de uma limpeza financeira que os colocaram fora do circuito de opressão financeira comandado pelo Fundo Monetário Internacional.

Hoje, os Estados Unidos, afundado em dívidas colossais e déficits comerciais e fiscais gravíssimos, busca utilizar seus aliados (ou “servidores”?) nas economias dependentes para conseguir que o seus Estados nacionais paguem incríveis juros por dívidas inexistentes para que venham a nossos países captar estes lucros gigantescos cada vez mais imediatamente levados de volta para os centros financeiros mundiais em quebra, mas protegidos por incríveis transferências de recursos do FED para os

bancos em quebra no centro do sistema e de outros Bancos Centrais como os da Europa e do Japão. É assim que as potências econômicas centrais se convertem em credores internacionais sem um centavo para investimentos significativos.

Estranho fenômeno que as “teorias econômicas” dominantes não podem explicar. Apesar desta situação favorável inicialmente, os Estados nacionais se transformam cada vez mais no sustentáculo de uma política de altos juros nas zonas periféricas (enquanto caem as taxas de juros em todo o mundo dominante), no forjador de recessões e déficits cambiais, ajudados por um falso livre câmbio que não nos alcança discutir neste artigo. É assim que os países dependentes consomem os recursos poupados na primeira década do século XXI em forma de divisas obtidas com a expansão das compras chinesas. Esta política suicida se “justifica” sobretudo para cobrir os déficits causados pela queda dos preços e do mercado mundial durante a crise iniciada em 2008. Em países como o Brasil o estabelecimento dos “economistas”, desmoralizado pelas suas evidentes incapacidades de prever as conjunturas internacionais e nacionais, consegue usar o terror da ameaça inflacionária para reverter uma queda da taxa de juros paga pelo Estado por uma dívida pública inexistente e provocar uma recessão absurda fabricada por teorias econômicas absolutamente desmoralizadas no resto do mundo. Situações similares se colocam na Europa e no Japão, onde existem tendências a um déficit público criado pela concentração da renda e o predomínio do setor financeiro.

Como se vê, o capitalismo contemporâneo em vez de prescindir do Estado e adotar os princípios neoliberais que tanto se escuta da boca de seus tecnocratas, encontra novos caminhos de intervenção estatal inusitados. Mas o mais grave não são os efeitos intelectuais destas contrafações “teóricas” e “científicas”. Nem é o mais sério a existência de um aparato político pretensiosamente democrático no qual decisões desta magnitude são tomadas por tecnocratas ligados a grupos econômicos e sem nenhuma responsabilidade política. O pior são as consequências terríveis sobre as rendas, as esperanças e o nível de vida de povos terrivelmente sofridos.

Recebido em dezembro de 2014 e aprovado para publicação em janeiro de 2015.